

No país do futebol...

"Política, religião e futebol não se discute!". Antigamente, essa era uma forma de evitar bate-bocas que poderiam se agravar a ponto de gerar sérios desentendimentos entre amigos e familiares.

Ainda hoje, religião e futebol continuam sendo questões de foro íntimo, mas a política passou a ser assunto do dia a dia. Afinal, política faz parte da vida de todos nós e o que dela resulta é fundamental para o desenvolvimento da sociedade e do Estado.

Mesmo assim, como agentes públicos, é preciso cautela para tratar do assunto. No trabalho, nossa posição político-partidária não deve ser motivo de discussão. Nossa preferência política também não pode prejudicar o atendimento ao público, nem interferir na qualidade do nosso serviço. Especificamente no período eleitoral, o cuidado deve ser redobrado, pois não podemos usar de nossa posição para gerar benefícios ou prejuízos para um ou outro eventual candidato.

O [Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal](#) afirma em seu artigo XIV, g, que é dever do agente público "ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, **sem qualquer espécie de preconceito ou**

distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, **cunho político** e posição social (...)"

Essa orientação vale também para os relacionamentos internos entre colegas, chefias e subordinados. As eleições passam, os governos passam, mas o serviço público continua. Assim, diante de duas opções, precisamos ser capazes de escolher, sempre, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Este momento é uma excelente oportunidade para conversarmos mais sobre ética. Que tal pegar o [Código de Ética](#), ler e compartilhar com quem você trabalha? Vamos pensar juntos em como melhorar nosso ambiente e qualidade de trabalho.

Quando houver dúvidas, conte com a Comissão de Ética! Juntos vamos trabalhar para construirmos um ambiente em que as diferenças são respeitadas e no qual possamos desenvolver nossa função pública com dignidade, respeito e segurança.